



EIXO 2: POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

OS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E A PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DA PARAÍBA: LACUNAS E POSSIBILIDADES DE PESQUISA

Maria Vitória Oliveira dos Santos

UFCG

profmvitoriaods@gmail.com

Ângela Cristina Alves Albino

UFCG

angela.educ@gmail.com

Resumo

O currículo brasileiro insere-se em um palco de avanço da hegemonia neoliberal, fundamentada na premissa de um “novo” arranjo das políticas públicas como antídoto para reverter os problemas da qualidade educacional. Cria-se assim, um cenário de propostas e discursos que fazem do projeto neoliberal a suposta única alternativa, dedicando esforços para a descentralização do poder público e enfraquecimento das políticas sociais, acompanhado da promessa meritocrática de liberdade individual e menor sujeição às necessidades coletivas. Nessa conjuntura, em 2017, é instituída a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sua última versão aprovada através da estratégia do “*consenso por filantropia*” (Tarlau; Moeller, 2020), que compreende o uso de artifícios para investimento massivo através de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), estes atuam na ampliação da racionalidade burguesa, como estratégia de conformação da classe trabalhadora aos interesses do capital internacional (Farias, 2021), conforme as reflexões gramscianas. A aprovação do documento, inicia uma série de direcionamentos aos estados brasileiros para a organização de suas respectivas propostas curriculares a partir do novo ordenamento. Em 2018, o estado da Paraíba homologa a Proposta Curricular da Paraíba, em consonância à Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018, que dispõe sobre o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC, o documento busca mediar e garantir a implementação da Base nas escolas paraibanas, abrindo portas para que os APHs atuem na consolidação do

projeto neoliberal. Nesse cenário, busca-se compreender: Como tem se dado a atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia no estado da Paraíba, especificamente no processo de implementação da Proposta Curricular paraibana? Tem-se como objetivo geral: analisar a atuação dos aparelhos privados de hegemonia junto a Proposta Curricular do Estado da Paraíba, em específico, no presente trabalho, busca-se compreender como tem se dado as produções na área acerca da temática abordada E quais as fissuras políticas possíveis em relevância social podem ser produzidas como crítica e reestruturação organizacional dos currículos locais-nacionais Partindo das reflexões do sociólogo alemão Karl Marx, assume-se para a presente proposta de pesquisa a abordagem dialética, compreendendo que “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (Tonet, 2013, p. 79). Com isso, aquilo que se apresenta como o concreto visível não é definido como a realidade em si, mas a síntese desta, por isso “o sentido do concreto real de que partem não é, pois, já dado, mas sim adquirido – e adquirido pela ação do pensamento, na abstração” (Wachowicz, 2001, p. 3), sendo a pesquisa uma tentativa de mobilização para explicação da realidade a partir das suas múltiplas determinações, “uma postura, um método de investigação e uma práxis, um movimento de superação e de transformação” (Frigotto, 2010, p. 86). Além de, como passo do processo de investigação, a pesquisa bibliográfica como indispensável ao trabalho de levantamentos de dados e informações de fonte primária, a partir das produções científicas e comunicações orais do tema em estudo. Seguida da análise documental dos recursos da realidade, visto em fontes de natureza legal. O presente trabalho concentra os esforços de compreensão bibliográfica da temática. As políticas curriculares se tornam objeto de interesse dos APH como terreno fértil para a reprodução das relações de dominação entre as classes através da dominação hegemônica, visto que, o projeto curricular remete a um projeto de nação. (Cóssio, 2014). É o caso da BNCC, posta como um norteamento curricular estabelecido em processo verticalizado e em contraposição às reflexões da comunidade acadêmica da área, como é visto na nota publicada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em 2017, na qual deixam explícitas as limitações e preocupações acerca da terceira versão proposta e aprovada, dando lugar a uma versão que representa um campo de disputas e interesses

mercadológicos através da reprodução da lógica economicista no currículo escolar. No caso do estado da Paraíba, a Proposta Curricular vigente é reflexo dessas relações, faz-se necessário compreender de que maneira esses aparelhos atuam nesses processos desvelando suas intencionalidades. Nesse sentido, buscou-se o levantamento bibliográfico como estratégia de pesquisa para fins de compreender como tem se dado a produção acadêmica na área. Compreendendo como importantes fontes de organização do conhecimento, elencou-se a Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), para a seleção das produções que serão estudadas, foram selecionados os seguintes descritores: aparelhos privados de hegemonia; BNCC; Paraíba, esses descritores foram verificados nos títulos, resumos e palavras-chave das produções sendo escolhidos apenas trabalhos que atendessem a exposição da temática buscada dos anos de 2017 até o presente ano de 2025. A busca revelou escassez nas produções, apenas a partir da busca na BDTD foram obtidos resultados, quando colocado “APH” e “Paraíba”, foi encontrada apenas uma dissertação, na qual Melo (2018) buscou analisar o processo de mercantilização da educação infantil no município de Campina Grande (PB). Já quando colocado “APH” e “BNCC”, foram encontradas onze produções das quais apenas quatro (duas dissertações e duas teses) atendiam a presente temática, nas quais: Heleno (2017) analisa os nexos entre as políticas públicas educacionais e as teorias do conhecimento que fundamentam o receituário de políticas públicas dos órgãos multilaterais e seus possíveis impactos na educação, Ruppel (2023), analisa a forma de atuação dos APH na implementação da Base no estado do Paraná. No caso das teses, Galzerano (2024) analisa as disputas sociais e educacionais envolvidas no processo de elaboração da BNCC da educação infantil e do ensino fundamental, e por fim, Peterle (2024) analisa como a articulação entre o Consed e Instituto Unibanco tem influenciado a definição e implementação de políticas educacionais, especialmente no que se refere ao Ensino Médio. Os resultados apontaram que de um total de cinco produções identificadas, apenas uma analisa diretamente a atuação dos APH na implementação da BNCC. A pesquisa revela que apesar de escasso os principais temas de estudos estabelecem o esforço em compreender as relações de disputas de ideologias presentes na educação. Contudo ainda não há uma consolidação e forte atenção à maior especificidade do estudo sobre a Proposta Curricular paraibana. Nesse sentido, compreende-se a emergência da investigação das articulações entre os APH e os delineamentos curriculares no estado da

Paraíba, para fins de compreender não apenas como, mas também a partir de quais estratégias esses buscam estabelecer a hegemonia do ideário burguês na educação pública sobretudo por meio da construção e implementação do currículo nos marcos da racionalidade neoliberal. Esse processo envolve, além da própria construção do documento, um complexo jogo de poder que permeia a escolha de conteúdo, a definição de valores e a imposição de determinadas visões de mundo que, muitas vezes, não refletem as discussões críticas da sociedade, mas reforçam as relações de subalternidade.

Palavras-chave: Aparelhos Privados Hegemonia; Políticas Curriculares, Paraíba.

REFERÊNCIAS

ANPED. **Nota da ANPEd sobre a entrega da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE).** 10 abr. 2017. Disponível em: <https://anped.org.br/1709-news/>

AZEVEDO, Janete M Lins de. **A educação como política pública.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.html

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>.

BRASIL. **Portaria MEC n.º 331, de 5 de abril de 2018.** Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece as diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília/DF, n. 66, p. 114, 2018a..

FARIAS, A. M. (2021). **Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios.** *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 13(2), 735–765. <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44302>

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.** In: FAZENDA, Ivani. Metodologia da pesquisa educacional. 2. ed. aum. São Paulo: Cortez, 1991. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 11). p. 69-



90.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.) **Dicionário** Gramsciano. São Paulo: Boitempo, 2017 (1º ed. Italiana, 2009)

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. **O consenso por Filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil.** Currículo sem Fronteiras, v. 20, n. 2, p. 533-603, maio/ago, 2020.

TONET, Ivo. Método Científico: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **A Dialética na pesquisa em educação.** Revista Diálogo Educacional, 2(3), 171–181, (2001).Disponível em: <https://doi.org/10.7213/rde.v2i3.3541>